

Guaimbê III Parque Solar S.A.

CNPJ 22.011.002/0001-19

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 14 de junho de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.110	215	Fornecedores	7	5.056	14.529
Investimentos de curto prazo	4	2.090	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	–	41.279
Contas a receber de clientes	5	10.011	–	Partes relacionadas	9	–	11.189
Tributos compensáveis		60	–	Tributos a pagar		180	–
Outros créditos		57	11	Conta de ressarcimento	10	2.173	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		21.328	226	Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	97
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Outras obrigações		67	131
Tributos e contribuições sociais diferidos		–	105	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		7.476	67.225
Imobilizado, líquido	6	87.701	67.838	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Intangível, líquido		42	1.674	Conta de ressarcimento	10	599	–
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		87.743	69.617	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		599	–
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social subscrito e integralizado	12	101.209	2.823
				Prejuízos acumulados		(213)	(205)
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.996	2.618
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		109.071	69.843
TOTAL DO ATIVO		109.071	69.843				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.985	–	1.985
Aumento de capital		838	–	838
Prejuízo líquido do exercício		–	(205)	(205)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12	2.823	(205)	2.618
Aumento de capital		98.386	–	98.386
Prejuízo líquido do exercício		–	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	101.209	(213)	100.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de Guaimbê, estado de São Paulo, na Estrada Vicinal Guaimbê/Lins (GMB-010), Governador Mario Covas, Km 28 - s/nº Fazenda Primavera - CEP 16.480-000, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 02 de janeiro de 2015 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia, de matriz solar fotovoltaica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no ambiente de contratação regulada, para suprimento de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL obtida após 6º Leilão de Energia de Reserva realizado em outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 5,9 MWh. A construção da planta foi encerrada em abril de 2018.

Em 04 de setembro de 2018, a Companhia, que, anteriormente, era controlada diretamente pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A., subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, passou a ser controlada indiretamente pela AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") e pela The AES Corporation (sedada nos Estados Unidos da América). A Companhia é controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A..

Companhia	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Guaimbê III	LER 2014	CCEE	51.684	279,90	outubro/17	setembro/37	IPCA	outubro

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 14 de junho de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Imobilizado
Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando alguma manutenção relevante é feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A Companhia possui provisão para desmantelamento de ativos às quais referem-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo da Companhia. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram revisão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações do Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa sobre a sua realização.

A Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CP47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. Os contratos de energia estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades. As especificidades do reconhecimento da receita e mais detalhes sobre os critérios de ressarcimento estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.4 Contratos de arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil classificados como operacionais. Os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

3.6 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

Dentre os novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, demonstrado abaixo:

Da autorização
No dia 31 de outubro de 2014, a Companhia foi declarada vencedora do 6º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL (nº 08/2014-ANEEL).
Em julho de 2015 foi celebrado contrato de energia de reserva - CER firmados junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE concedendo período de suprimento de energia elétrica de reserva de 20 anos, com início em 01 de outubro de 2017 e término em 30 de setembro de 2037. A capacidade instalada determinada no contrato é de 30Mw e garantia física de 5,9Mw ao preço médio de R\$220,80/MWh (R\$279,90 em 31 de dezembro de 2018) atualizados de acordo com o IPCA do período.

O prazo da autorização de produção da Companhia, efetivado através das outorgas do Diário Oficial da União, publicada em 15 de junho de 2015, pela portaria nº 257, é de 35 anos, com término em 15 de junho de 2050.

A Companhia firmou um compromisso irrevogável e irretroatável de uso de direito de superfície, assinado em 25 de abril de 2014, com prazo de 35 anos para instalação de sua usina fotovoltaica, onde prevê um pagamento anual a título de uso exclusivo em relação à geração de energia fotovoltaica no terreno de propriedade.

A comercialização de energia reserva regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17: A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Para implementação deste pronunciamento, ao longo do ano de 2018, a Companhia criou projeto interno e demandou esforços para implementação de sistema de TI e novos controles internos.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram de aluguel de terrenos totalizando 1 contrato. Para esses arrendamentos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a uma taxa de desconto de 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia espera reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante de R\$1.219.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerários disponíveis	9.110	215
Subtotal	9.110	215
Investimentos de curto prazo		
CDB-DI	2.090	–
Subtotal	2.090	–
Total	11.200	215

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
Circulante		
Mercado de curto prazo	9.003	–
LER 2014 - CCEE	1.008	–
Total	10.011	–

6. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	2018		2017	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,1%	3.462	(81)	3.381
Máquinas e equipamentos	3,5%	86.410	(2.418)	83.992
Imobilizado em serviço		89.872	(2.499)	87.373
Imobilizado em curso (i)		328	–	328
Total		90.200	(2.499)	87.701

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do complexo solar. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(b) Movimentação do ativo imobilizado
A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização é como segue:

	2017	Adições	Transferências	2018
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	–	3.462	3.462
Máquinas e equipamentos	–	–	86.410	86.410
Em curso	67.838	22.362	(89.872)	328
Subtotal	67.838	22.362	–	90.200
Depreciação	–	(2.499)	–	(2.499)
Total	67.838	19.863	–	87.701

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

7. FORNECEDORES

	2018	2017
Materiais e serviços	5.056	14.358
Partes relacionadas (nota nº 9)	–	171
Total	5.056	14.529

8. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empréstimos e financiamentos
Em 13 de julho de 2017, a Companhia assinou um contrato de Cédula de Crédito Bancário - Conta Hot com o banco Itaú Unibanco S.A. com um limite de crédito de R\$10.000 com incidência de taxa de juros ao mês de 100% da CETIP acrescido de 0,173% ao mês referente a Renovação automática da Cédula de Crédito e teve como vencimento o dia 12 de julho de 2018.
Debêntures
A Companhia firmou, em 22 de setembro de 2017, um acordo de emissão de Debêntures privada e não conversíveis em ações com a AES Tietê Energia S.A., "AES", no montante de R\$94.000. Em julho de 2018, a Companhia concluiu a emissão das debêntures. Em 04 de setembro de 2018, data da aquisição da Companhia pela AES, o valor atualizado das debêntures era de R\$ 98.289. Em setembro de 2018, após a aquisição, houve capitalização dessas debêntures, no montante de R\$ 98.289 (R\$ 94.000 de emissão e R\$ 4.289 de encargos financeiros).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		13	8.969
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia elétrica comprada para revenda		–	(51)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão		–	(264)
Taxa de fiscalização		–	(1)
Outros encargos		–	87
Custos de operação			
Serviços de terceiros		–	(243)
Material		–	(40)
Depreciação e amortização	6	(2.499)	–
Aluguéis e Arrendamentos		–	(165)
Outras despesas operacionais		–	(54)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.230)	(305)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		5.739	(305)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		–	318
Despesas financeiras		–	(4.737)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	14	(4.479)	(5)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.260	(310)
Contribuição social		–	(184)
Imposto de renda		–	(849)
Contribuição social diferida		–	(26)
Imposto de renda diferido		–	(79)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.268)	109
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(8)	(205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(8)	(205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício	–	(8)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.499	–
Juros sobre financiamentos e debêntures	4.010	–
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	(333)	–
Baixa de intangível	1.632	–
Impostos diferidos	105	(105)
Aumento/Redução dos ativos e passivos	(15.618)	120
	(7.713)	(190)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.084)	–
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(1.000)	–
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(9.797)	(190)
Atividades de investimentos:		
Aplicações em investimentos de curto prazo	(1.757)	–
Aquisição de imobilizado	(22.362)	(11.508)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(24.119)	(11.508)
Atividades de financiamentos:		
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	64.000	11.000
Partes relacionadas	(11.189)	–
Aumento de capital	–	410
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(10.000)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	42.811	11.410
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.895	(288)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	215	503
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9.110	215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Descrição	2017	Ingressos	Encargos financeiros	Capitalização de debêntures	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2018
Debêntures - 1ª Emissão	20.186	–	1.342	(21.528)	–	–	–